

Movimento Tenentista revisitado: Trajetória política de Eduardo Gomes na Primeira República

FLAVIA SALLES FERRO*

Eduardo Gomes foi militar que participou da política brasileira entre os anos 1922 e 1967. Foi tenentista, integrou o Levante do Forte de Copacabana e a Revolta de 1924. Durante o governo Vargas, atuou ao lado das forças legalistas nos movimentos de 1932 e 1935. Foi candidato à presidente da República em 1945 e 1950 pela legenda da União Democrática Nacional, sendo derrotado por Eurico Gaspar Dutra e Getúlio Vargas, respectivamente. Eduardo Gomes foi ministro da Aeronáutica nos governos de Café Filho (1954-1955) e Humberto Castelo Branco (1965-1967).

Sua atuação política envolve transições políticas, rupturas, continuidades, adaptações, conciliações, entre outras múltiplas questões. É a partir desta perspectiva que este trabalho tem como objetivo compreender a participação política de Eduardo Gomes no Movimento Tenentista a partir de suas visões, perspectivas e interesses. Há o cuidado de não praticar teleologismo em estudar o personagem a partir de uma suposta linearidade coerente, de quem sabe o fim e quer justificá-lo na narrativa da escrita.

Eleição presidencial de 1945: construção do herói

Em fins de 1944, antes de Getúlio Vargas chamar eleições presidenciais, Eduardo Gomes foi procurado por Virgílio de Mello Franco, Juracy Magalhães, Ari Parreiras, Prado Kelly e Juarez Távora para iniciarem a preparação para fundação de partido nacional opositor ao governo federal – a União Democrática Nacional. O major-brigadeiro Eduardo Gomes foi escolhido para ser candidato à presidência da República. A escolha da sucessão presidencial foi por, como analisou Maria Victoria Benevides, ele ter alto posto militar, legenda de herói e tradição de lutas democráticas, aliadas a “nome limpo”.¹

A campanha do Brigadeiro Eduardo Gomes foi intensamente acompanhada pela imprensa. Em São Paulo o jornal *O Estado de São Paulo*, e no Rio de Janeiro o *Correio da Manhã*, o *Diário Carioca*, o *Diário de Notícias*, reproduziam os discursos do Brigadeiro pelas

*Doutoranda na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), bolsista CAPES.

¹BENEVIDES, Maria Victoria. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro, 1945-1965*. Paz e Terra, 1981.

idades. Os *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand, patrocinaram a campanha do candidato pelo país inteiro. Deveu-se à imprensa, a construção da imagem positiva sobre ele e, sobretudo, de herói nacional, como é possível observar em:

*“Eduardo Gomes, pelo seu passado, pela sua vida particular exemplar, pela sua vida pública pontilhada de atos de **heroísmo**, abnegação e desprendimento e coerência de atitudes: pela firmeza de suas convicções democráticas, mais de uma vez provadas e sustentadas com risco da própria vida, é uma garantia para a nação, que pode nele confiar literalmente, certa que jamais será traída ou mistificada.” [Grifo meu]*²

Eduardo Gomes atuou como tenente revolucionário na Primeira República. Os tenentes foram aclamados heróis nacionais devido à importância que tiveram para por fim ao governo “corrompido”, “oligárquico”, “fraudulento”, como assim era chamada a “República Velha” pelos que construiriam o novo governo. Os militares conhecidos no movimento tenentista, neste contexto, não representaram apenas a dimensão militar da Revolução de 1930: o tenentismo abrangia os ideais revolucionários característicos dos que participaram da Aliança Liberal. Mário Lanna Júnior escreveu: “É, antes de tudo, um movimento revolucionário. Como salvador da pátria, denunciava a desmoralização dos costumes políticos pelas oligarquias, que deveriam ser banidas da política, por corromperem as instituições, em específico as forças armadas”.³

A partir da participação política de Eduardo Gomes como tenentista e, portanto, como elucidou Lanna Júnior, participante do movimento revolucionário que foi tido como salvador da pátria, construiu-se em torno da figura pública do personagem a imagem de herói nacional. O mito esteve presente nos discursos que visavam convencer que Eduardo Gomes era o melhor candidato para a presidência da República nos anos 1945 e 1950.

Porém, são necessários os questionamentos: O que motivou Eduardo Gomes a participar do Movimento Tenentista? Como foi sua atuação? Quais eram as expectativas? É possível alinhar os interesses que Eduardo Gomes possuiu como revoltoso na Primeira República com os interesses que ele apresentava sendo representante do anti-getulismo e liberalismo no contexto de crise do Estado Novo e Primeira Experiência Democrática?

Levante do Forte de Copacabana

As eleições presidenciais, no período da Primeira República, foram marcadas por vitória

²“Viva o presidente da República”. *Correio da Manhã*, 19 de junho de 1945, edição 15529, p. 2.

³LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. “Tenentismo e crises políticas na Primeira República”. In: FERREIRA, Jorge. & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: volume 1 O tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2010, p. 347.

dos candidatos indicados por Minas Gerais e São Paulo. A perpetuação desse sistema ocorreu devido à “instabilidade das alianças entre os estados politicamente mais importantes da Federação, impedindo-se que a hegemonia de uns fosse perpetuada e que a exclusão de outros fosse definitiva”.⁴ Os estados dissidentes, embora à margem da presidência da República, atuavam através da indicação do vice-presidente.

Todavia, na disputa eleitoral iniciada em 1921, os estados dissidentes não foram beneficiados com representação do vice-presidente para a chapa oficial encabeçada por Arthur Bernardes. Marieta de Moraes Ferreira analisa que este foi o motor da crise política ocorrida nesse contexto. Segundo a historiadora, diante da impossibilidade de acordo entre Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro para a indicação da vice-presidência, e a indignação desses Estados diante da escolha de representante do Maranhão, foi originada a Reação Republicana.⁵ É importante ressaltar que, além da disputa pelo cargo de vice-presidência, houve insatisfação com a escolha do mineiro Artur Bernardes para a sucessão presidencial de Epitácio Pessoa.

A Reação Republicana foi movimento de oposição. Articulada em 1921, agremiou forças políticas vinculadas aos Partidos Republicanos de estados dissidentes e teve como objetivo romper o predomínio político de Minas Gerais e São Paulo, criando, portanto, eixo alternativo de poder na Primeira República. Lançaram, em oposição ao mineiro Arthur Bernardes, o fluminense Nilo Peçanha. Como vice-presidente da chapa oficial foi indicado Urbano dos Santos. Já a oposição, lançou o candidato José Joaquim Seabra, governador da Bahia.

A Reação Republicana recebeu apoio de ampla camada de oficiais, seja do Exército, ou da Marinha. Nas sessões do Clube Militar, militares se solidarizavam à Nilo Peçanha. Correspondências foram enviadas aos líderes da Reação Republicana, declarando favoritismo dos militares à chapa dissidente. O governo federal respondeu a essas manifestações do Exército e Marinha com punições e transferências dos oficiais.⁶

A campanha presidencial de Arthur Bernardes contou com evento que acarretou diversas críticas. Em 9 de outubro de 1921, o *Correio da Manhã* publicou artigo com título “Injuriioso e

⁴VISCARDI, Cláudia. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, p. 22.

⁵FERREIRA, Marieta de Moraes. *Conflito regional e crise política: a reação republicana no Rio de Janeiro*. 1988, p. 37.

⁶Para mais, ver: PRESTES, Anita Leocádia. *Os militares e a Reação republicana: As origens do Tenentismo*. Editora Vozes, Petrópolis, 1994.

Ultrajante”. Nele, havia a transcrição de suposta carta escrita em 3 de junho daquele ano, de autoria de Bernardes, então presidente do estado de Minas Gerais, direcionada a Raul Soares. Na correspondência ele se refere ao Marechal Hermes da Fonseca como “sargentão sem compostura”. Sobre o Exército, sugeria que Eptácio Pessoa, presidente da República, reprimisse a indisciplina dos militares “punindo severamente esses ousados, prendendo os que saíram da disciplina e removendo para bem longe esses generais anarquizadores. Se o Eptácio, com medo, não atender, use de diplomacia, que depois do meu reconhecimento ajustaremos contas”.⁷

No dia seguinte, outra carta foi publicada pelo jornal. Supostamente escrita em 6 de junho de 1921, nesta Bernardes discordava de outra prorrogação da Convenção, pois tinha apreensão da chegada de Nilo Peçanha. Acreditava que seu opositor seria capaz de tudo. Pediu a Raul Soares que removesse toda dificuldade, sem se preocupar com despesas.

O Clube Militar no mesmo dia de publicação da carta, reuniu os sócios para tratar do assunto, sob a presidência de Hermes. À mesa foi encaminhada uma moção assinada pelos 80 sócios presentes:

*À nação – o Clube Militar – órgão das classes armadas – julga de seu dever declarar que o público conceito emitido pelo Sr. Artur Bernardes, na sua carta de 3 de junho último, colocou o Exército na contingência de reagir imediatamente. Porque, ou S. Excia. tem razão em nos qualificar de canalha venal, ou inutilmente ultrajou o Exército. Na primeira hipótese, o Exército deve ser dissolvido pois a defesa da Nação não pode estar confiada a [...] e canalhas; na segunda, S. Exa. Criou absoluta incompatibilidade entre a sua pessoa e o Exército. Existe, pois, um dilema, com solução única: ou a nossa dissolução, ou o Exército não aceita que S. Exa. Seja o Presidente da República.*⁸

O Clube Militar instaurou comissão verificadora para comprovar autenticidade das cartas. Antônio Augusto de Serpa Pinto foi responsável por avaliar a veracidade. Em contrapartida, os assessores de Bernardes encarregaram os peritos Simões Correia e general Alexandre Barbosa Lima. Simões Correia defendeu em seu laudo falsificação por decalque. Já a perícia do Clube Militar concluiu autenticidade das cartas.

A comprovação da autenticidade das cartas foi amplamente divulgada em notas de impressos e assembleias do clube. Posteriormente, descobriu-se que as cartas eram falsas e os responsáveis pelas cartas foram Jacinto Guimarães e Oldemar Lacerda. Porém, o Clube Militar não chegou a divulgar. Inclusive, *Correio da Manhã*, *O Jornal*, entre outros jornais de grande circulação da época, mesmo depois de comprovado e confessado o crime, continuavam a

⁷ “Injurioso e Ultrajante”. *Correio da Manhã*, edição 8255, 9 de outubro de 1921, p. 2.

⁸ “Reunião do Club Militar”. *Correio da Manhã*, 11 de outubro de 1921, edição 8257, p. 3.

declarar Artur Bernardes autor das cartas, contribuindo de maneira significativa para criar clima de conspiração e insatisfação dos militares com o político que concorria à eleição para presidente da República.

O resultado da eleição presidencial de 1922 garantiu a vitória ao candidato oficial, como era esperado. A oposição, então, pediu a abertura de “Tribunal de Honra”, com vista a substituir o Congresso Nacional na função de reconhecer o candidato eleito. No entanto, tal pedido foi recusado pelo governo.

Em fins de maio de 1922, ocorreu eleições para governador do estado de Pernambuco. Pleitearam os candidatos Carlos de Lima Castro, então presidente de Recife, representante da chapa oficial, e José Henrique Carneiro da Cunha, indicado pela oposição. A vitória, como era rotineiro na Primeira República, foi do candidato que tinha apoio do governo federal. Após a eleição, iniciaram conflitos em Pernambuco, devido aos dois candidatos terem se declarado vitoriosos.⁹ Sob justificativa de manter a ordem, forças federais ocuparam Recife por três dias. A população descontente, mobilizadas por Joaquim Pimenta, líder operário, ocuparam prédios, desenvolvendo resistência às forças legalistas.

Em fins de junho de 1922, o Marechal Hermes da Fonseca, presidente do Clube Militar, foi procurado, através de correspondência, por oficiais que serviam em Pernambuco. Eles estavam insatisfeitos com a intervenção federal naquele estado e com o papel desempenhado pelo Exército nesse episódio. Em resposta, Hermes da Fonseca enviou telegrama a Jayme Pessoa, Comandante da Região Militar de Pernambuco:

[...] venho fraternalmente lembrar-vos mediteis termos arts. 6 e 14 Constituição, pra isentardes vosso nome e da nobre classe a que pertencemos da maldição dos nossos patrícios. O apelo que ora dirijo ao nosso ilustre consocio é para satisfazer instantes pedidos de camaradas nossos daí, no sentido de apoia-los nessa critica emergência, em que se procura desviar força armada de seu destino. Confiante vosso patriotismo e zelo pela perpetuidade do amor do Exército ao povo de nossa terra. Não esqueçais que as situações políticas passam e o Exército fica.¹⁰

O Ministro da Guerra, João Pandiá Calógeras, procurou Hermes da Fonseca para que ele confirmasse se era realmente o autor da correspondência, o que ele admitiu, sem hesitar. Por assim ser, Pandiá Calógeras mandou prender, por 24 horas, no dia 2 de julho de 1922, o Marechal Hermes da Fonseca. Como justificativa para repreende-lo, Calógeras elencou que o

⁹Posteriormente, grupos políticos de Pernambuco entraram em acordo e escolheram para governar o estado, entre os anos 1922 e 1926, o juiz federal Sérgio Loreto.

¹⁰*Correio da Manhã*, 30 de junho de 1922, edição 155, p. 5.

militar, pelo ato de estar associado, não se exonera dos deveres de subordinação e de disciplinas previstos na legislação que rege as forças armadas; colocou em dúvida a palavra de seu superior hierárquico – presidente da República; declarou “solenes e inequívocas” afirmações de que Epitácio Pessoa estava intervindo em Pernambuco e expandindo ordens ilegais; entre outros argumentos.¹¹

No mesmo dia da prisão do Marechal Hermes da Fonseca, a diretoria do Clube Militar publicou nota assumindo responsabilidade pelo telegrama enviado a Jayme Pessoa. Informaram que a atitude do presidente do Clube resultou de deliberação, unanime, tomada em sessão realizada a 28 de junho.¹² Em resposta, Pandiá Calógeras deu ordens para fechar o Clube Militar por seis meses.

Os militares reagiram à prisão do Marechal Hermes da Fonseca. Na madrugada do dia 5 de julho, dias após a repressão, os tenentes organizaram movimento de oposição ao governo federal. Ocorreu, então, o episódio conhecido por Levante do Forte de Copacabana. Sob liderança do Capitão Euclides Hermes da Fonseca, filho do Marechal Hermes da Fonseca, os tenentes tomaram o Forte de Copacabana. Outras guarnições participaram do movimento: Vila Militar, Forte do Vigia, Escola Militar do Realengo e 1º Batalhão de Engenharia. Em Niterói, membros da Marinha e do Exército se rebelaram. Em Mato Grosso, sob comando do general Clodoaldo da Fonseca, tio de Hermes da Fonseca, a 1ª Circunscrição Militar também participou da revolta. Diante da liderança da revolta ter sido realizada por familiares de Hermes da Fonseca, fica evidente que o estopim para que ocorresse o movimento foi sua prisão.

O governo federal, através do Exército, dominou facilmente o Levante, impedindo a continuidade da revolta. Inicialmente, Pandiá Calógeras trabalhou no intuito de conseguir rendição dos rebeldes. Contudo, eles desejavam negociar, o que, firmemente, o governo recusou. O movimento encerrou no dia 6 de julho, quando os revoltosos, diante da impossibilidade de vitória, marcharam na Avenida Atlântica, em Copacabana, em direção às forças legalistas. Entre os participantes, estavam os tenentes: Newton Prado, Eduardo Gomes, Siqueira Campos, Mário Carpenter, e o civil Otávio Correia. Eduardo Gomes foi quem deu a ideia dos revoltosos marcharem de encontro às forças legalistas. Ele saiu do conflito com fratura exposta em seu fêmur esquerdo.

Os revoltosos foram julgados pelo artigo 107 do Código Penal: “Tentar, diretamente e

¹¹ *Jornal do Brasil*, edição 157, 2 de julho de 1922, p. 5; *O Paiz*, edição 157, 2 de julho de 1922, p.5.

¹² *Correio da Manhã*, edição 8519, 2 de julho de 1922, p.1.

por fatos, mudar por meios violentos a Constituição política da República, ou a forma de governo estabelecida. Pena: banimento, aos cabeças, e aos co-réos a reclusão por cinco a dez anos”.

Eduardo Gomes não foi visto como “cabeça” do movimento e sim co-réo, uma vez que sua punição foi o cárcere, ao invés do exílio como foi o caso de Siqueira Campos. Em 1923, devido a um habeas corpus, Eduardo Gomes foi solto. Dias antes de sair seu decreto de prisão ele fugiu para Mato Grosso, onde ficou refugiado até a Revolta de 1924.

Revolta Tenentista de 1924

Em 5 de julho de 1924 um novo levante organizado pela baixa oficialidade do Exército eclodiu. A data não foi coincidência, ela homenageou o primeiro conflito de oposição ao governo federal organizado pelos militares. A conspiração do levante teve como idealizadores: Henrique Ricardo Hall, Vítor César da Cunha Cruz, Miguel Costa, João Francisco Ferreira de Souza, Joaquim Távora, Eduardo Gomes, Arlindo de Oliveira, Nilton Estillac Leal, Thales Marcondes, Osmar Soares Dutra, Paulo Weber Vieira da Rosa, Diogo Moreira de Figueiredo e Emílio Miranda. Foi liderada pelo general Isidoro Dias Lopes.¹³

Eduardo Gomes atuou sublevando o 4º Batalhão de Caçadores e os 1º, 2º e 4º Batalhões de Infantaria. Foi comandante da aviação dos revoltosos. Nesta função foi responsável pela missão de levar 30 mil manifestos revolucionários aos quartéis da Vila Militar do Rio de Janeiro e, ainda, uma bomba, cujo destinatário era o Palácio do Catete. Contudo, foi necessário pouso forçado do avião na região de Cunha, interior de São Paulo, a qual era dominada pelas forças legalistas. Para não ser preso, Eduardo Gomes fingiu ser oficial a mando do governo. Conseguiu fugir para Aparecida, também no estado de São Paulo, e, então, para o Rio de Janeiro, onde se refugiou.

Os objetivos da Revolta Tenentista de 1924 foram conhecidos como reformar a Constituição, instaurar o voto secreto e obrigatório, revogar a lei de imprensa, preservar a autonomia do poder judiciário e garantir o ensino primário gratuito e obrigatório.¹⁴ Contudo, dias após a eclosão do movimento, os revoltosos publicaram nota no jornal *O Estado de São Paulo* informando as motivações da revolta:

¹³SILVA, Hélio. 1922: *sangue na areia de Copacabana*. Civilização Brasileira, 1971, p. 366.

¹⁴Carta de Isidoro Dias Lopes para Azevedo Lima, Foz do Iguaçu, 27 de fevereiro de 1925. Arquivo Público do Estado de São Paulo, acervo “Cartas da Revolução de 24”.

“[...] o Exército Nacional não pode e não pôde, nunca, aceitar o governo do dr. Artur Bernardes, no que diz respeito particularmente a sua pessoa. Não obstante os fatos conhecidos, persistem de pé as gravíssimas ofensas por ele dirigidas ao Exército. [...] O Exército não tem ambições e não quer postos. [...] Nesse sentido, os chefes do movimento revolucionário querem dar o exemplo que empreste autoridade à sua crítica aos republicanos que, até agora, ocuparam os altos postos da administração do país e que, com raras exceções, não souberam servi-lo nos seus interesses gerais.”¹⁵

É possível compreender que os revoltosos se percebiam como garantidores da honra da Nação e da Constituição que vinha sendo infringida por governantes civis, especialmente Artur Bernardes, o qual, nunca pôde ser aceito pelo Exército, uma vez que desde sua candidatura a presidente da República, ofendeu os militares através do episódio das cartas. Posteriormente, como chefe do governo federal, puniu os militares com prisões e transferências, e governou em estado de sítio. Nota-se, ainda na publicação do manifesto dos revoltosos, que não há definição de programa de medidas, como depois se definiu e ficou conhecido o movimento.

Pode-se pensar, portanto, que, no imediato da revolta, os tenentes não possuíam plataforma de reivindicações, apenas mostravam descontentamento com a política e com o tratamento que o Exército recebia do governo federal. Contudo, o movimento inaugura o início de um projeto político, em que há a defesa da deposição do presidente da República, moralização do sistema político, voto secreto e ensino público obrigatório. Essas reivindicações foram melhor exploradas na Coluna Miguel Costa – Luís Carlos Prestes.

José Augusto Drummond¹⁶ analisa que o contexto de crise política não foi explicação unívoca para os tenentes se rebelarem. Segundo o historiador, o que motivou os revoltosos a novamente se manifestarem contra o governo de Arthur Bernardes foi a ameaça de expulsão do Exército aos participantes da Revolta Tenentista de 1924 e a inconformidade de serem julgados pelo artigo 107 do Código Penal. Este trabalho corrobora com as análises feitas por Drummond.

Após o movimento, os revoltosos presos foram julgados novamente pelo artigo 107 do Código Penal. Nos autos de suas defesas há:

“O intuito da revolta de 22 fora o de impedir a posse de Bernardes, em consequência dos agravos por ele feitos ao Exército Nacional, nas cartas que lhe foram atribuídas, provocando fortíssima exaltação de ânimo. Depois de sua posse o presidente, então reconhecido, manteve a maior parte do país em estado de sítio permanente, serviu-se da força para depor o governo legalmente constituído no Estado do Rio de Janeiro, praticando numerosos atentados antidemocráticos que constituíram os principais

¹⁵“Um comunicado dos chefes do movimento”. *O Estado de São Paulo*, 10 de julho de 1924, edição 16596, p. 1.

¹⁶DRUMMOND, José Augusto. *O movimento tenentista: intervenção militar e conflito hierárquico (1922-1935)*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

germes da revolução de 24. Com esses fundamentos pedimos absolvição, porque o movimento de 5 de julho de 24 foi uma resistência coletiva a atos arbitrários do Executivo Federal, a ato violadores da Constituição a que devem igualmente obediência e respeito governantes e governados.”¹⁷

É importante não desconsiderar que a declaração de defesa é um ato de evitar a prisão aos co-réus e exílio aos cabeças da revolta. Contudo, é possível observar o discurso de crítica à Bernardes devido às suas ações contra o Exército e compreender a percepção dos militares como protetores da Nação, aqueles que resistiram à arbitragens e lutaram para garantir a Constituição.

Conclusão

O Movimento Tenentista foi dividido em dois momentos. O primeiro corresponde às revoltas de 1922 e 1924 e o segundo momento tem seu ponto culminante com a Coluna Miguel Costa - Luís Carlos Prestes. Porém, não é ignorado a importância da Revolta de 1924 para organizar e definir os planos dos militares revoltosos que marcharam o Brasil entre os anos 1925 e 1927.

Eduardo Gomes ao participar das revoltas tenentistas de 1922 e 1924 atuou como membro do Exército, grupo este com o qual ele compartilhava identidade, pensamento político, interesses e horizonte de expectativa. Ele não participou da Coluna Miguel Costa- Luís Carlos Prestes. Foi preso antes de se juntar ao movimento. Assim sendo, o personagem envolveu-se apenas com o primeiro momento do Movimento Tenentista. Suas ações, portanto, estão vinculadas à corporação dos militares revoltosos. São interesses coletivos que permeiam a defesa do Exército e a ideologia deste como garantidor da ordem que vinha sendo desmantelada pelos civis que governavam o país.

As linguagens envolvendo Eduardo Gomes no contexto de final do Estado Novo e Primeira Experiência Democrática propõe pensar o personagem como herói que lutou para pôr fim ao governo oligárquico, fraudulento, corrompido. Fica evidenciado, portanto, que ao contrário dos discursos, Eduardo Gomes atuou na Primeira República como integrante de grupo que buscava a honra do Exército, porém, não apresentava identidade política definida, não fazia parte de suas reivindicações a ruptura com o liberalismo excludente, como posteriormente o tenentismo ficou conhecido.

Os discursos possuem objetivo de convencer o ouvinte/ leitor daquilo que é falado. O mito tem em sua elaboração a intenção de fornecer esperança e conforto diante de ameaças.

¹⁷SILVA, Hélio. Op. Cit., p. 406.

Segundo Alessandro Portelli, “mito não é uma narrativa unívoca, mas uma matriz de significados, uma trama de oposições: depende, em última análise, de o individual ser ou não percebido como representativo do todo, ou como uma alternativa para o todo”.¹⁸ Dessa forma, não deve limitar-se a veracidade do mito, no caso, a atuação de Eduardo Gomes no Movimento Tenentista com objetivo de encerrar o governo das oligarquias e lutar por direitos sociais. Importa a significação do mito, ou seja, os valores simbólicos e representações de uma sociedade que coloca nele a esperança de alcance das expectativas de seu tempo. Importa como o mito foi apropriado e sua finalidade, no caso, a ruptura com a ditadura do Estado Novo.

Referências

Arquivos

Acervo “Cartas da Revolução de 24”, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Periódicos

Correio da Manhã, Rio de Janeiro.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro.

O Estado de São Paulo, São Paulo.

Bibliografia

BENEVIDES, Maria Victoria. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro, 1945-1965*. Paz e Terra, 1981.

DRUMMOND, José Augusto. *O movimento tenentista: intervenção militar e conflito hierárquico (1922-1935)*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *Conflito regional e crise política: a reação republicana no Rio de Janeiro*. 1988.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. “Tenentismo e crises políticas na Primeira República”. In: FERREIRA, Jorge. & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: volume 1 O tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2010.

¹⁸PORTELLI, Alessandro. "O massacre de Civitella Val di Chiana". In: Ferreira, Marieta de M. e Amado, Janaína. *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1996, p. 123

PRESTES, Anita Leocádia. *Os militares e a Reação republicana: As origens do Tenentismo*. Editora Vozes, Petrópolis, 1994.

SILVA, Hélio. *1922: sangue na areia de Copacabana*. Civilização Brasileira, 1971.

VISCARDI, Cláudia. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.